



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

# TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA LICITARE CURSOS E TREINAMENTOS LTDA PARA PROMOVER O CURSO RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NOVAS DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS, COMO FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES

Belém – PA.  
Agosto/2023





## PROCESSO ADMINISTRATIVO TJPA-PRO-2023/03121

### 1. DO OBJETO

Contratação direta da Instituição especializada **LICITTARE CURSOS E TREINAMENTOS LTDA** para promover a formação continuada “**Curso Retenções Tributárias na Administração Pública e novas declarações obrigatórias**”, a ser executado na modalidade de EAD (plataforma Zoom) no período de **02 a 06/10/2023**, com controle e acompanhamento executado pela Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará, para atendimento à demanda dos servidores(as) e gestores(as) do TJPA lotados(as) na SEPLAN, SEAD, SGP, SEA, SI, DPGE, envolvidos(as) nos processos de trabalho do Sistema de Planejamento fiscal, orçamentário e financeiro.

### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

#### 2.1. Justificativa da contratação

O plano de gestão do biênio 2023-2025, traz no contexto do Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, 11 ações e 54 etapas que se desdobram em diversas atividades, fundamentais para a sustentabilidade da política judicial e administrativa do Poder Judiciário do Estado do Pará.

E, considerando que a Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará “Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa”, instituição vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, criada através da Resolução nº 06 de 08 de dezembro de 1982 e alterada pela Lei nº 8.807 de 27 de dezembro de 2018, cabe, entre outras atribuições promover ações educacionais voltadas a atualização e aperfeiçoamento profissional de magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Sendo assim, a presente ação ao abordar a temática “Retenções Tributárias na Administração Pública e novas declarações obrigatórias”, tem como propósito proporcionar o aprimoramento de competências individuais dos(as) servidores(as) e gestores(as) na área do conhecimento de gestão fiscal, orçamentária e financeira. Constituindo-se numa estratégia fundamental para instrumentalizar a organização na evolução do desempenho institucional e ampliar a capacidade de entregas necessárias à melhoria da prestação jurisdicional.

Em linhas gerais, a ação supracitada objetiva promover a capacitação de gestores da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças e das Secretarias Administrativas e/ou judiciais do Tribunal de Justiça, envolvidas nos processos de trabalho objeto das atualizações de conhecimento, em gestão fiscal, orçamentária e financeira visando a formação de equipes de alta performance, tendo em vista aprimorar o desempenho dos servidores e ampliar a capacidade de entregas das ações de competência destas Secretarias.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

Posto isto, considerando a especificidade do conhecimento, a ação educacional requer *expertise* docente com habilidade técnica e notável saber acerca do conteúdo teórico-prático a ser trabalhado na formação dos servidores(as) e gestores(as) visando o aprimoramento do conhecimento, conduzindo o Poder Judiciário do Estado do Pará a maior organicidade, eficiência e efetividade na prestação do serviço público.

No tocante a análise curricular da Instituição contratada que atuará na formação, visualiza-se claramente que esta apresentou docente com *expertise* e notório saber acerca dos conteúdos e práticas que formam a base da qualificação. Cabendo mencionar que a contratação de docente qualificado para atuar na formação da equipe profissional que atua na gestão fiscal, orçamentária e financeira, é de suma importância para o desenvolvimento das atividades previstas no Planejamento e Gestão Estratégica, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará para o sexênio 2021-2026.

A contratação que constitui o objeto deste documento enquadra-se na modalidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, uma vez que o curso possui natureza predominantemente intelectual, sendo prestado por instituição com profissional de notória especialização, enquadrando-se na alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei 14.133/21, devendo ser contratada a instituição selecionada por valor global, considerando a indivisibilidade do serviço de natureza de ação educacional.

Além disso, para a matéria relacionada à Retenções Tributárias na Administração Pública e Novas Declarações Obrigatórias não se dispõe de profissional interno habilitado para atuar como professor da referida formação, razão pela qual instituição externa foi selecionada observando os requisitos nos termos da Súmula nº 252 do Tribunal de Contas da União.

Ressalta-se que a presente demanda consta no Plano de Contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para o exercício de 2023, especificamente no item EJ17, encontrando-se alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2026, no que concerne ao Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas”, tendo como uma de suas iniciativas estratégicas “aperfeiçoamento da formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras”. Portanto, a ação educativa que se pretende contratar tem como objetivo impactar positivamente no aperfeiçoamento da equipe de servidores(as) e gestores(as) das unidades administrativas de gestão fiscal, orçamentária e financeira do Poder Judiciário do Estado do Pará.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

## **2.2 Forma e o critério de seleção do fornecedor com a indicação da modalidade, o tipo de licitação e a forma de adjudicação**

A empresa fornecedora foi selecionada por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, III, f, da Lei n.º 14.133/2021.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Atendendo aos seguintes critérios cumulativos:

### **2.2.1 O enquadramento dos serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal como serviço predominantemente intelectual**

Dentre os serviços elencados nas alíneas do inciso III, do art. 74, acima transcrito, os serviços de treinamento estão expressamente indicados na alínea f, não atraindo qualquer dificuldade em caracterizá-lo como um serviço intelectual. Assim, os serviços de treinamento e desenvolvimento de pessoas, nas suas várias modalidades, atendem ao primeiro requisito. Afinal, por mais que se utilize modernos recursos instrucionais para apoio às aulas, é a atuação personalíssima do docente que permite a execução do serviço. Mesmo nos casos em que o treinamento se dá pelo sistema EAD na forma assíncrona, apenas com apostila, exercícios práticos e sem tutoria, mesmo assim, é o elemento humano o preponderante na execução porquanto elaborado por um professor-conteudista.

Diante disso e atendido o primeiro requisito, o próximo passo será determinar se, e em que casos, tais serviços assumem características que tornam a licitação inviável.

### **2.2.2 A identificação do elemento que torna ilícitável o serviço de treinamento**

O serviço é ilícitável quando o resultado da execução, isto é, o produto a ser entregue, não é previsível ou é incerto; quando o contratante, apesar de apontar as características do que pretende contratar, não tem como saber qual será o produto que receberá com a conclusão da execução; é o serviço cujo resultado pode variar de executor para executor, ou seja, cada executor entrega coisa diferente do outro.

Quando o objeto é licitável, seu resultado é perfeitamente previsível, ou seja, o contratante sabe exatamente, desde a contratação, o que irá receber das mãos do executor





antes mesmo de iniciar-se a execução. E por isso mesmo, tem total possibilidade de identificar objetivamente sua inconsistência ou desconformidade com o que se contratou. Ao mesmo tempo, e justamente porque já sabe qual será o resultado da execução, a comparação entre os vários produtos entregues pelos vários possíveis executores se dá por meio de comparação absolutamente objetiva, permitindo perfeitamente o cotejamento entre as várias possíveis propostas. Cumpre deixar desde já consignado que não se está falando do eventual desconhecimento da variabilidade da forma de execução (metodologia), mas do produto, que é resultado final da execução.

Indo direto ao ponto, para saber se um determinado treinamento é ou não passível de ser submetido à licitação, temos que investigar a previsibilidade do resultado da execução. No caso de treinamento, o produto a ser entregue pelo executor, após a realização do conteúdo programático e da carga horária é o aprendizado. Segundo o site Brasil Escola 23, “o ato de ensinar, em síntese, implica êxito, que nada mais é que a própria aprendizagem.”

Sendo o resultado o aprendizado, se faz mister perquirir se, diante do caso concreto, será possível antecipar qual o nível de aprendizado a ser auferido pelos treinandos, o varia de acordo com a intervenção pessoal do Docente e a resposta da turma.

Em razão disso, o resultado da execução é absolutamente imprevisível. Não é possível sequer imaginar qual será o nível de aprendizado obtido ao final da ação de capacitação. Disso decorre que o serviço de treinamento e desenvolvimento de pessoas, quando a intervenção pessoal do docente é preponderante na obtenção dos resultados, se mostra inconciliável com a ideia de comparação por critérios objetivos.

Temos que, com isso, estabelecemos as bases para o reconhecimento da característica que torna a contratação do objeto — serviço de treinamento e desenvolvimento de pessoas — inexigível.

### **2.2.3 - A indicação do executor e o reconhecimento da sua notória especialização**

Ultrapassados os dois primeiros requisitos, cumpre a seguir enfrentarmos o terceiro desafio qual seja, a caracterização da notória especialização do executor.

Retomando o texto da lei primitiva, vê-se que notório especialista é o profissional (ou empresa) que nutre entre seus pares, ou seja, “...no campo de sua especialidade...” algum atributo (desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica), que traga ao contratante a percepção de que o seu trabalho “...é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.” Não há qualquer menção a um requisito específico; ou a determinação de que o escolhido reúna um número mínimo de atributos para ser considerado notório. Aliás, o rol de atributos é



TJPA PRO 202303121V01





meramente exemplificativo, como se vê da expressão “...ou de outros requisitos relacionados com suas atividades...”. Significa, pois, que notório especialista é um indivíduo ou empresa que apresenta um determinado atributo particular a partir do qual seja possível concluir — **permita inferir**— que seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto.

Deve-se afastar em definitivo a ideia segundo a qual o notório especialista é alguém com formação acadêmica superior ou elevada. O indivíduo deve ser, sim, uma referência na área de atuação, que por vezes está presente em pessoas com nível de formação até mesmo elementar.

Inferir é deduzir, concluir, intuir, depreender, perceber. Notório especialista é, portanto, alguém que possui um certo atributo capaz de provocar em alguém a percepção por meio de dedução, tratar-se do mais adequado à plena satisfação do objeto. E quem terá o mister de inferir (deduzir, intuir, concluir)? Ou seja, qual agente público a lei atribui (permite) a competência de inferir, deduzir, compreender, perceber? A resposta é óbvia: a Autoridade competente para celebrar o ajuste. Nesse sentido, vale transcrever excerto do voto do Min. Carlos Átila ao julgar regulares as contas do Banco do Brasil, pela contratação de empresa de notória especialização, visando a elaboração e implementação do Plano de Desligamento Voluntário dos empregados, *in verbis*:

*“[...] a questão chave na interpretação deste artigo reside, a meu ver, na definição do sujeito oculto do verbo ‘inferir’. Segundo o Aurélio, ‘inferir’ significa ‘tirar por conclusão’, deduzir por raciocínio’. O dispositivo legal reconhece, portanto, que alguém deve praticar o ato de natureza eminentemente subjetiva, qual seja, tirar uma conclusão mediante raciocínio, para atribuir a notória especialização a uma determinada empresa”.*

A notória especialização, portanto, é questão relacionada à confiança do gestor depositada no profissional ou empresa, confiança essa que tem fundamento em um ou mais atributos que transmitem a essa autoridade, a percepção de tratar-se do mais adequado ao alcance dos objetivos pretendidos com a contratação. O próprio supremo Tribunal Federal já firmou o entendimento de que o requisito da notória especialização na contratação de serviços singulares era caso de confiança depositada pelo Gestor na pessoa do escolhido, *in verbis*:

“Duas considerações podem justificar o afastamento do dever de licitar nesses casos: (i) a peculiaridade dos próprios serviços, quando sejam marcados por considerável relevância e complexidade; e (ii) a falta de parâmetros para estruturar a concorrência entre diferentes prestadores especializados. Imagine-se, e.g., a contratação de advogados para o fim de auxiliar na renegociação de empréstimos vultosos tomados pelo Poder Público junto a uma entidade estrangeira. Certamente



TJUPAPRO202303121V01





é possível identificar um conjunto de profissionais dotados de prestígio nessa área de atuação, mas não se pode estabelecer uma comparação inteiramente objetiva entre os potenciais habilitados. A atribuição de um encargo como esse pressupõe uma relação de confiança na expertise diferenciada do prestador, influenciada por fatores como o estilo da argumentação, a maior ou menor capacidade de desenvolver teses inovadoras, atuações pretéritas em casos de expressão comparável, dentre outros. (GN) (STF, Inq. nº 3.074-SC, 1ª. Turma. Rel. Mn. Roberto Barroso)”

A nova lei de licitações traz sutis modificações que fortalecem a interpretação quanto ao caráter discricionário da indicação do executor. Transcreve-se abaixo, com destaques para as novidades do texto. A parte tachada representa o que foi suprimido e o que está em negrito, o acrescentado.

Lei nº 14.133/2021, art.74 [...] § 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e ~~indiscutivelmente~~ **reconhecidamente** ~~e mais~~ adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Note-se que o texto novo é praticamente idêntico ao anterior. Mas suas sutis modificações ampliaram a percepção da margem de discricionariedade imanente ao processo de escolha do executor. Ao substituir a palavra “indiscutivelmente” por “reconhecidamente”, a norma eliminou a falsa percepção de que o escolhido teria que ser um indivíduo muito acima de seus pares a ponto de ser indiscutível o acerto de sua escolha. Some-se a isso a eliminação da expressão “o mais” que acompanhava o vocábulo “adequado”. Afinal, o que é “indiscutivelmente o mais adequado”, não poderia gerar dúvidas quanto à escolha por parte de Assessorias Jurídicas e Órgãos de Controle. Agora, com o novo texto, o notório especialista é um indivíduo ou empresa, que é portador de um atributo a partir do qual o gestor possa inferir ou o reconhecer adequado aos objetivos pretendidos. Quem reconhece a adequação é o próprio Gestor a partir do seu poder discricionário.

Uma vez que a escolha se dará por meio de uma avaliação subjetiva, um juízo personalíssimo de valor a cargo da autoridade competente, nítido está que a escolha é essencialmente discricionária. Será a autoridade competente que, respeitando o leque de princípios a que se submete a atividade administrativa, notadamente, legalidade, impessoalidade, indisponibilidade do interesse público e razoabilidade, e ainda, sopesando as opções à sua disposição, com fulcro em seu juízo de conveniência, indicará aquele que lhe parecer ser o “**reconhecidamente adequado** à plena satisfação do objeto do contrato”.

Tendo ultrapassado o último requisito, temos devidamente instruídos nos autos os três



TJPAPRO202303121V01





requisitos normativos para configuração da hipótese de inexigibilidade de licitação.

Por oportuno, destacamos que, em que pese a eleição do profissional ser uma decisão essencialmente discricionária, ao mesmo tempo, pode-se fundar-se em argumentos razoáveis, relevantes e verídicos, ao comparar-se os profissionais. Assim, ressaltamos que a Instituição contratada apresentou em sua proposta o docente **Marcos César Carneiro da Mota, o qual** possui as seguintes qualificações: Professor, escritor, conferencista, consultor e auditor independente, especializado em Legislação Tributária, com sólida formação acadêmica, incluindo pós-graduações em Finanças Públicas, Direito Tributário, Auditoria e Perícia, bem como Bacharelado em Ciências Contábeis e Direito. Comprovada experiência como instrutor, tendo conduzido cursos em instituições de prestígio, como o Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRCDF), a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Distrito Federal (OAB/DF), e entidades do Sistema S (SEBRAE, SESI/SENAT e SENAI), entre outras. Além de sua atuação no setor público, também desempenha atividades no âmbito privado, enriquecendo sua expertise no campo tributário e financeiro. No campo acadêmico, destaca-se como autor da obra “Retenção de Tributos pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública” (Ed. Alegria, 1ª ed. – 2013), contribuindo com seu conhecimento e pesquisa na área. Seu engajamento como professor abrange diversas áreas tributárias e de finanças, com especial ênfase na temática de “Retenções Tributárias e Contribuições Sociais”.

### 2.3 Dos critérios técnicos de habilitação

Será requerido da contratada, para fins de habilitação, os seguintes documentos:

- CNPJ;
- Documentos de constituição (contrato social e alterações)
- RG e CPF dos sócios;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Natureza Tributária Estadual (Estado do fornecedor);
- Certidão Negativa Municipal (Município do Fornecedor);

Obs. Caso a empresa possua cadastro no SICAF, pode ser emitida a certidão de “Situação do fornecedor”, sendo dispensáveis as certidões de regularidade fiscal federal, estadual e municipal;

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS);



TJPA PRO202303121V01







- Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- Declaração de não contratação de menores de 18 anos para execução de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- Declaração de cumprimento do disposto no art. 93 da Lei nº. 8.213, de 1991, se couber;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Sócio majoritário.
- Comprovação da execução do curso para outros entes/órgãos com o mesmo valor ou equivalente.

Em relação a capacidade técnica, a empresa deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa já entregou, a contento, objeto compatível com o da presente contratação. A critério da Administração poderá ser solicitado ainda, cópias de contratos já firmados, notas fiscais, ou ainda, qualquer outro documento que venha comprovar a veracidade das informações prestadas nos atestados, assim como a viabilidade do valor ofertado.

## 2.4 Do impacto ambiental

A presente contratação está atenta às diretrizes de sustentabilidade socioambientais do Conselho Nacional de Justiça (Recomendação nº 11/2007) e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Agenda Socioambiental), não havendo necessidade de providências para a solução a ser contratada, uma vez que será realizada na modalidade a distância.

## 3. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

### 3.1.1. Objetivo geral:

O objetivo desse curso **Retenções Tributárias na Administração Pública e novas declarações obrigatórias** é promover a capacitação de gestores da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças e das Secretarias Administrativas e/ ou judiciais do Tribunal de Justiça, envolvidas nos processos de trabalho objeto das atualizações de conhecimento, em gestão fiscal, orçamentária e financeira visando a formação de equipes de alta performance, tendo em vista aprimorar o desempenho dos servidores e ampliar a capacidade de entregues das ações de competência destas Secretarias.

### 3.1.2. Conteúdo/Ementa:

#### Unidade 1 - Legislação Aplicada a Tributos:

- Introdução ao estudo da legislação tributária;



TJUPAPRO202303121V01





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

- Tributos Federais, Estaduais, Municipais e do DF;
- Tipos de Pessoas Jurídicas;
- Regimes de Tributação;
- Casos Práticos das Empresas do Simples Nacional;
- Casos Práticos de Instituições Imunes e Isentas;
- Contestação/Impugnação de Multas.

**Unidade 2 - Retenção do Imposto Sobre a Renda de PJ (IRPJ), conforme Decreto Federal 9.580/2018 – RIR e conforme decisão do STF aplicável aos órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais:**

- Artigos 157 e 158 da Constituição Federal;
- Como aplicar a Decisão do STF em Repercussão Geral (Tema 1.130);
- Fato Gerador;
- Base de Cálculo;
- Hipóteses de Incidência do IRPJ;
- Alíquotas;
- Casos de Dispensa de Retenção do IRPJ;
- Destaque do IRPJ no Documento Fiscal;
- Exceções à Regra de Retenção do IRPJ;
- Prazo para o Recolhimento do IRPJ;
- Comprovante de Retenção;
- Informações na DIRF e DCTF.

**Unidade 3 - Retenção de Tributos de Empresas Optantes pelo Simples Nacional.**

**Unidade 4 - Retenções de Tributos Federais de PJ (IRPJ, CSSL, COFINS e PIS/PASEP) - IN RFB 1.234/2012 E IN 459/2004:**

- Obrigatoriedade da Retenção;
- Base de Cálculo e Alíquotas;
- Hipóteses em que Não Haverá Retenção;
- Declarações que devem ser apresentadas para o Pagamento da Nota Fiscal ou Fatura;
- Prazo para o Recolhimento dos Tributos;
- Destaque dos Tributos no Documento Fiscal;
- Documentos de Cobrança que Contendam Código de Barras;
- Comprovante Anual de Retenção;
- Retenções em Situações Específicas Relacionadas na IN RFB1.234/2012:
  - ✓ Agências de Viagens, Turismo e Seguro.
  - ✓ Seguros e Telefone.
  - ✓ Agências de Propaganda e Publicidade.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

- ✓ Consórcios.
- ✓ Empresas que Fornecem Vale-Refeição, Vale Transporte e Vale Combustível.
- ✓ Combustíveis, Demais Derivados do Petróleo, Álcool Hidratado e Biodiesel.
- ✓ Produtos Farmacêuticos.
- ✓ Cooperativas de Trabalho e Associações Profissionais.
- ✓ Aluguel de Imóveis.
- ✓ Pessoa Jurídica Sediada ou Domiciliada no Exterior.
- ✓ Pessoa Jurídica Amparada por Decisão Judicial.

**Unidade 5 - Retenção da Contribuição Previdenciária Sobre Pagamentos Efetuados a PJs - IN RFB 2.110/2022:**

- Obrigatoriedade de Retenção;
- Casos de Não Retenção;
- Retenção da Contribuição Previdenciária de Empresas Optantes pelo Simples Nacional;
- Deduções da Base Cálculo;
- Destaque da Retenção no Documento Fiscal;
- Retenção de Empresas Optantes pela Desoneração da Folha de Pagamento, Conforme Lei 12.546/2011;
- Retenção na Prestação de Serviços em Condições Especiais (Exposição a Agentes Nocivos);
- Dados a Serem Informados no Documento Fiscal;
- Prazo para o Recolhimento da Contribuição Previdenciária de PJ.

**Unidade 6 – Retenção do Imposto de Renda Sobre Pagamentos**

- Definição de Contribuintes e de Rendimentos Tributáveis;
- Obrigatoriedade da Retenção;
- Tabela Progressiva do Imposto de Renda;
- Base de Cálculo;
- Código do DARF;
- Prazo para o Recolhimento;
- Retenção de Imposto de Renda sobre Pagamento de Aluguel a Pessoas Físicas;
- Comprovante de Rendimentos.

**Unidade 7 – Retenção da Contribuição Previdenciária Sobre Pagamentos Efetuados a PFs – IN RFB 2.110/2022:**

- Contribuição por Parte do Contribuinte Individual;
- Obrigatoriedade da Retenção;
- Fato Gerador da Obrigação Previdenciária;
- Base de Cálculo e Alíquota;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

- Obrigações do Contribuinte Individual;
- Recolhimento da Contribuição Patronal;
- Prazo para o Recolhimento;
- Obrigações da Unidade Pagadora;
- Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP).

**Unidade 8 – Retenção Do Imposto Sobre Serviços (ISSQN) de PJ e PF:**

- Artigo 156 da Constituição Federal;
- Lei Complementar Federal 116/2003;
- Lista completa de serviços sujeitos ao ISSQN;
- Retenção do ISS de Empresas Optantes pelo Simples Nacional;
- A nova Nota Fiscal de Serviços no DF;
- Substituição Tributária do ISSQN;
- Alíquotas do ISSQN;
- Caso Práticos de Retenção do ISSQN dentro e fora do Município.

**Unidade 9 – Dispensa de Retenções de Tributos de Microempreendedor Individual (MEI):**

- Encargo Previdenciário do MEI.

**Unidade 10 – SPED:**

- Legislação;
- Apresentação do SPED;
- Definição;
- Benefícios com a Implantação do SPED;
- Objetivos do SPED;
- Acesso ao SPED;
- Pedido de Restituição e de Compensação Tributária através do Sistema PER/DCOMP.

**Unidade 11 – eSocial:**

- Legislação Relacionada ao eSocial;
- Definição;
  - Princípios;
  - Cronograma de Implantação do eSocial;
  - Acesso ao eSocial.

**Unidade 12 – EFD-REINF:**

- Legislação Aplicada;
- Definição;
- Contribuintes Obrigados a Apresentar a EFD-Reinf;
- Informações que devem ser prestadas na EDF-Reinf;



TJPAPRO202303121V01





<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como as Informações devem ser prestadas na EFD-Reinf;</li> <li>• Grupos de Eventos;</li> <li>• Prazo para Envio;</li> <li>• Cronograma de Implantação;</li> <li>• Sistema EFD-Reinf.</li> </ul>
<p><b>Unidade 13 – DCTFWEB:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Legislação Aplicada à DCTFWeb;</li> <li>• Definição;</li> <li>• Obrigatoriedade de Apresentação;</li> <li>• Dispensa de Apresentação;</li> <li>• Elaboração e Envio;</li> <li>• Contribuições que devem ser declaradas na DCTFWeb;</li> <li>• Penalidades pelo não Envio da DCTFWeb;</li> <li>• Retificação;</li> <li>• Cronograma de Implantação;</li> <li>• Manual de Orientação da DCTFWeb.</li> </ul>
<p><b>Unidade 14 – Exercícios de Fixação.</b></p>

### 3.2 Do regime de execução do contrato no caso de serviço, ou forma de fornecimento

O regime indireto de execução se dará por meio de Empreitada por preço global, uma vez que a contratação da execução ocorrerá por preço certo e total, isto é, o valor a ser pago neste regime vem definido de forma fixa.

### 3.3 Das obrigações contratuais

#### 3.3.1 A Contratada obriga-se a:

- a) Prestar o serviço contratado no período e local indicados pelo Contratante, com estrita observância das especificações deste Termo de Referência e termo de aceite;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço prestado, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Contratante, reparar, corrigir e refazer às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, o serviço com objeções, ou que não atenda às especificações exigidas no termo de referência e na proposta;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

- d) Atender prontamente a quaisquer exigências do Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação, inclusive quanto ao reagendamento do curso/evento;
- e) Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação. Ademais, é vedada qualquer subcontratação ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade de licitação para contratação direta dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nos casos previstos no art. 74, III, da Lei n. 14.133/21.
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- i) Encaminhar o resultado das avaliações, se houver, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do término da formação;
- j) Disponibilizar o material didático do curso por meio digital;
- k) Emitir certificado de participação aos participantes no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de encerramento da ação educacional;

### 3.3.2 A Contratante obriga-se a:

- a) Receber o serviço, oportunizando a participação dos magistrados(as) e servidores(as) a participarem no curso, no local indicado, na data e hora acordados para realização do evento acadêmico;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento;
- c) Após a aceitação do serviço, atestar a Nota Fiscal no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do resultado das avaliações, se houver, ou, após emissão de relatório com frequência e notas;
- d) Efetuar o pagamento após ateste da Nota Fiscal, na forma e prazo estabelecidos;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

- e) Contratar novo docente, caso necessário o reagendamento da formação em que haja impedimentos legais.

### 3.4 Da dinâmica de execução

1. **Carga horária total:** 20 horas/aula
2. **Tipo/Modalidade:** Curso na modalidade EAD com aulas remotas: plataforma de transmissão Zoom.
3. **Período de realização:** 02 a 06 de outubro de 2023
4. **Número de vagas:** 35 vagas
5. **Local:** à distância (aulas remotas: plataforma de transmissão Zoom)
6. **Público-alvo** Servidores(as) e gestores(as) da SEPLAN, SEAD, SGP, SEA, SI, DPGE, envolvido nos processos de trabalho do Sistema de Planejamento fiscal, orçamentário e financeiro.
7. **Horários:** 13h às 17h
8. **Metodologia de ensino:** Aulas teóricas expositivas/Dialogadas síncronas.
9. **Material didático:** aulas expositivas serão executadas remotamente e entrega de materiais do curso nos e-mails dos inscritos.
10. **Certificação:** A Contratante emitirá os certificados aos participantes que obtiverem 75% de frequência no curso no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de encerramento da ação educacional.

### 3.5 Dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento dos bens e/ou de prestação de serviços e das demais formas de comunicação.

A solicitação de prestação de serviço será efetivamente realizada com o envio de nota de empenho ao contratado, por meio de e-mail funcional, respeitando as boas práticas de sustentabilidade ambiental praticadas pelo TJPA, como, por exemplo, privilegiando a utilização de meios de comunicação virtuais, evitando, sempre que possível, a impressão de documentos.

### 3.6 Do prazo de vigência

Não se aplica tendo em vista que não haverá contrato.

### 3.7 Demais prazos

3.7.1 Prazo de entrega dos bens / execução dos serviços.

O prazo de execução do serviço ocorrerá no período de 02 a 06 de outubro de 2023, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

### 3.7.2 Prazo de garantia dos bens / serviços.

Não se aplica.

### 3.8 Garantia contratual

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, em razão da natureza do objeto a ser contratado.

### 3.9 Indicadores de níveis de serviço

Não se aplica, uma vez que não se trata de serviço continuado.

### 3.10 Do recebimento

#### 3.10.1 Do recebimento provisório

O contratante realizará inspeção dos serviços executados, por meio do fiscal técnico e do demandante com a finalidade de verificar a adequação dos serviços.

Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico da contratação irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao fiscal demandante.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### 3.10.2 Do recebimento definitivo

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias do recebimento provisório, por servidor designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço.

O serviço será considerado aceito se for executado de acordo com as especificações definidas no item 3.4 deste Termo de Referência e com projeto pedagógico do curso, e após a emissão do certificado pela Contratante.

O recebimento definitivo se dará mediante declaração (atesto) em nota fiscal, pelo responsável da unidade demandante, de que os serviços foram executados de acordo com as especificações contidas neste Termo e no Termo de Aceite enviado pela Contratada.







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

### 3.11 Da forma de pagamento

O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a comprovação da execução do objeto contratado.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada caso exista pendência em relação a regularidade fiscal (Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Seguridade Social e FGTS) e trabalhista.

O Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência

### 3.12 Classificação orçamentária com a indicação da fonte de recurso do orçamento do órgão e a indicação da nota de reserva

Esta contratação utilizará a seguinte dotação orçamentária:

- Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- Funcional programática: 02.128.1417.8721
- Fonte: 0118
- Elemento de despesa: 339039
- Item: 2449

### 3.13 Da transferência de conhecimento

Não se aplica, tendo em vista que o conhecimento transferido não será utilizado de forma sistemática.

### 3.14 Dos direitos de propriedade intelectual e autoral

Não se aplica, uma vez que não há criação de obra intelectual.

### 3.15 Da qualificação técnica da contratada

A instituição, **LICITTARE CURSOS E TREINAMENTOS LTDA** possui formador com notável saber, que demonstra ter formação específica, experiência e especialização profissional na matéria relativa ao objeto da presente contratação.

### 3.16 Dos papéis a serem desempenhados





PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

PAPEL	ENTIDADE	RESPONSABILIDADE
Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato	TJPA	Equipe composta pelo gestor do contrato, responsável por gerir a execução contratual, e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual.
Fiscal Demandante do Contrato	TJPA	Servidor representante da área demandante da contratação, indicado pela referida autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.
Fiscal Técnico do Contrato	TJPA	Servidor representante da área técnica, indicado pela respectiva autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.
Gestor do Contrato	TJPA	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente do órgão.
Instituição	Contratada	Pessoa jurídica especializada com formadores responsáveis por ministrar as aulas do curso.

A seguir, segue relação dos servidores designados para integrar a:



TJPA PRO 2023 03121 V01





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

<b>Equipe de Planejamento e Apoio da Contratação</b>
<b>Integrante Demandante</b> Nome: Natalina de Nazaré Melo Matrícula: 174726 Telefone: (91) 3110-6834 E-mail: natalina.melo@tjpa.jus.br
<b>Integrante Técnico</b> Nome: Simone Monteiro Bahia Matrícula: 174581 Telefone: (91) 3110-6831 E-mail: simone.bahia@tjpa.jus.br
<b>Equipe de gestão e fiscalização da contratação</b>
<b>Gestor do Contrato</b> Nome: Natalina de Nazaré Melo Matrícula: 174726 Telefone: (91) 3110-6834 E-mail: natalina.melo@tjpa.jus.br
<b>Fiscal Demandante</b> <b>Integrante Técnico</b> Nome: Simone Monteiro Bahia Matrícula: 174581 Telefone: (91) 3110-6831 E-mail: simone.bahia@tjpa.jus.br
<b>Integrante Técnico</b>





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

Nome: Simone Monteiro Bahia

Matrícula: 174581

Telefone: (91) 3110-6831

E-mail: simone.bahia@tjpa.jus.br

### 3.17 Das sanções

Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial ou pela execução do objeto em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas as sanções previstas nos art.156 da Lei nº 14.133/2021:

I. advertência, pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos serviços ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;

II. multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta definitiva, pelas seguintes infrações:

- a) pela recusa injustificada da contratada de aceitar a Nota de Empenho, sem prejuízo para as demais penalidades;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame;

III. multa de 0,8% (oito décimo por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor do contrato, até o 15º (décimo quinto) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

IV. multa de 1,00% (um por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, a partir do 15º dia, sem prejuízo das demais penalidades;

V. 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato na hipótese de inexecução total do objeto por mais de 30 (trinta) dias;

VI. impedimento de licitar e contratar;

VII. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração conforme o procedimento do art. 158 da Lei 14.133/21.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

O valor da multa será descontado do pagamento do objeto contratado. Caso o valor da multa seja superior ao pagamento referido, ou caso ele porventura ainda não tenha sido feito, a diferença será cobrada administrativamente pela Contratante, ou ainda judicialmente.

#### 4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A execução dos trabalhos previstos neste ato não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista.

Caberá a Secretaria de Planejamento, em atendimento a legislação vigente, reter o Imposto de Renda na fonte sob a remuneração paga aos professores e/ou palestrantes, bem como, os demais encargos tributários.

Belém, 07 de agosto de 2023.

**NATALINA DE NAZARÉ MELO**

Matrícula 174726

Integrante Demandante

**SIMONE MONTEIRO BAHIA**

Matrícula: 174581

Integrante técnico

